

Suspense em Brasília

O presidente do Senado, Mauro Benevides, ficou de consultar o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, para saber se ambos tomam ou não a iniciativa de convocar o Congresso no recesso parlamentar de julho, sem o que a CPI que apura as denúncias contra Paulo César Farias seria obrigada, por força legal, a interromper suas atividades. Quem levantou o assunto na sessão de ontem à tarde do Senado foi o senador maranhense Epitácio Cafeteira, do PDC, sob o argumento de que o Congresso deve ser convocado no interesse do Governo e do próprio Presidente da República. Afinal de contas, raciocina o parlamentar maranhense, o que se encontra em jogo é a honorabilidade pessoal do Presidente da República, o que justificaria plenamente a continuidade dos trabalhos da CPI. Se o presidente da República for inocente, tudo bem, sua honra estará lavada. Mas se não for, o Congresso será chamado a assumir suas responsabilidades constitucionais, adverte o senador Cafeteira.

O senador gaúcho Paulo Bissol, do PSB, não vê necessidade de funcionamento da CPI durante o período do recesso de julho. Como a CPI não poderá convocar ninguém para depor, seus integrantes poderão, segundo o senador pelo Rio Grande do Sul, aproveitar o tempo disponível para realizar trabalhos internos, relacionados com auditorias. Os estrategistas políticos do Palácio do Planalto torcem para que a CPI não opere durante o mês de julho, acreditando que com o vazio do recesso parlamentar as atividades daquele órgão perderiam a força do impacto que suas investigações estão encontrando junto à opinião pública nacional.

No entanto, o senador paulista Mário Covas tem visão diferente do problema. Acha que, quanto mais tempo fermentar o assunto em pauta na CPI, pior para o Governo. Isso porque, de acordo com sua opinião, se a CPI entrar em recesso, cada jornal desenvolverá suas próprias ações investigatórias, não deixando que o problema venha a morrer ou se esvaziar de sua força inicial. O senador por São Paulo prossegue defendendo o ponto de vista de que o Congresso não podia evitar a decisão que tomou de criar a CPI. Assim procedendo, segundo ele, o Congresso fez com que a matéria continuasse sendo examinada dentro dos estritos limites dos canais institucionais, o que considera da maior relevância. Não faz qualquer pre-julgamento sobre pessoas até que a CPI tenha chegado a alguma conclusão, mas estranha que os três primeiros depoimentos tomados na CPI sejam de pessoas intimamente ligadas ao Presidente da República, como seu irmão (Pedro Collor), o coordenador financeiro de sua campanha (Paulo César Farias) e seu ex-secretário particular (Cláudio Vieira).

Os políticos com maior função de responsabilidade no Congresso continuam acompanhando em suspense o desenrolar das atividades da CPI do Congresso. Mas ontem não continham o seu espanto diante da entrevista, em tom de denúncia, concedida à revista "Veja" pelo advogado Motta Veiga, ex-presidente da Petrobrás. Nota-se, ao mesmo tempo, um estado de perplexidade por parte dos políticos, que se revelam atônitos diante da rapidez com que se acumulam os acontecimentos sobre o affaire Paulo César Farias.